

Estratégias Micropolíticas para Lidar com o Desemprego: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho

Micro-political Strategies to Deal with Unemployment:
Contributions of the Social Psychology of Work

Estrategias Micropolíticas para lidiar con el desempleo:
Aportes de la Psicología Social del Trabajo

Marcelo Afonso Ribeiro *
marcelopsi@usp.br

Resumo

No mundo sociolaboral contemporâneo, o emprego deixou de ser central na organização do trabalho, surgiram formas precárias de trabalho (subemprego), e aumentou significativamente o desemprego, sendo agora um fenômeno psicossocial relevante também. Diante disso, os objetivos desse artigo foram analisar o fenômeno desemprego em sua dimensão psicossocial; e refletir sobre as possibilidades de intervenção da Psicologia Social do Trabalho no atual mundo do trabalho, marcadas pelas estratégias micropolíticas. Como principais resultados, temos que a Psicologia pode contribuir: construindo uma compreensão psicossocial do desemprego (nível teórico), integrando equipes que constroem as políticas públicas de trabalho para a ampliação do seu escopo (nível político), participando das equipes que colocam em ação as políticas públicas de combate ao desemprego (nível programático), e auxiliando as pessoas em situação de desemprego com estratégias que visem à elaboração e implementação de um projeto de vida e de um plano de ação sociolaboral (nível da ação).

Palavras-chave

Desemprego, Políticas Públicas, Exclusão, Carreira, Psicologia Social do Trabalho.

Abstract

In the contemporary world, the employment is no longer central in the organization of work, kinds of precarious work appeared,

*Psicólogo, Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo – Brasil. Coordenador do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho – CPAT e docente da Graduação de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – Brasil.

Ribeiro, Marcelo Afonso. (2010). Estratégias Micropolíticas para Lidar com o Desemprego: Contribuições da Psicologia Social do Trabalho. *Psicologia Política*, 9(18), 331-346.

and the unemployment increased significantly, what has turned it in a psychosocial phenomenon also relevant now. The goals of this article were: analyze the phenomenon of unemployment in its psychosocial dimension, and reflect on the possibilities of the Social Psychology of Work acting in the current world of work, marked by micro-strategies. The main findings have pointed out that Psychology can contribute by four ways: (1) building a psychosocial understanding of unemployment (theoretical level), (2) integrating teams that build public policies of work for the expansion of their strategies (political level), (3) taking part of the teams that put in action the policies that deal with unemployment (program level), (4) helping people unemployed with strategies aimed at developing and implementing a life project at work (action level).

Keywords

Unemployment, Public Policy, Exclusion, Career, Social Psychology of Work.

Resumen

En el mundo contemporáneo, el empleo ya no es central en la organización del trabajo, han aparecido formas de trabajo precario, y el desempleo aumentó significativamente, lo que también lo ha convertido en un fenómeno psicosocial relevante. Los objetivos de este artículo fueron: analizar el fenómeno del desempleo en su dimensión psicosocial, y reflexionar sobre las posibilidades que la Psicología Social del Trabajo ha tenido para actuar en el mundo del trabajo de hoy a través de las micro-estrategias. Los principales resultados señalaron que la Psicología puede contribuir de cuatro formas: (1) construcción de una comprensión psicosocial del desempleo (nivel teórico), (2) participación en los equipos planeadores de las políticas públicas del trabajo y empleo para la expansión de sus estrategias (nivel político), (3) participación en los equipos que hacen la lucha contra el desempleo (nivel programático); (4) ayuda a las personas desempleadas con estrategias que tienen por finalidad desarrollar y realizar un proyecto de vida laboral (nivel de acción).

Palabras clave

Desempleo, Políticas Públicas, Exclusión, Carrera, Psicología Social del Trabajo.

Com o advento do capitalismo, o trabalho se institucionalizou no sentido de definir padrões de vínculo e organização, constituindo normas referenciais que estabeleceriam os parâmetros para trabalhadores, capitalistas e poder estatal delimitarem seus lugares, funções e comportamentos no mundo do trabalho (Lallement, 2007).

Durante a maior parte do século XX, a sociedade do trabalho foi a sociedade do emprego, como ícone e eixo central da organização da vida no trabalho, sendo o desemprego um fenômeno complementar e transitório; necessário, como exército de reserva de força de trabalho (Marx, 1980), para os momentos de demanda de excedentes de trabalhadores.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo presenciou uma mutação sociolaboral, na qual o emprego deixou de ser central para a organização do trabalho, houve um aumento significativo do desemprego e o surgimento de formas precárias de trabalho, nomeadas de subemprego (Blanch, 2003). Nesse contexto, o desemprego se torna um fenômeno tão central e relevante para a dinâmica sociolaboral quanto o emprego, e deixa de ser apenas uma dimensão de análise e intervenção econômica e política para se transformar, também, em objeto de reflexão e intervenção psicossocial, onde a Psicologia Social do Trabalho pode contribuir com seu arcabouço teórico-técnico. Diante disso, os objetivos desse artigo são:

- Analisar o fenômeno *desemprego* em sua dimensão psicossocial;
- Refletir sobre as possibilidades de intervenção da Psicologia no atual contexto do mundo do trabalho;
- Propor estratégias psicossociais de intervenção que, como micropolíticas, alcançariam as demandas dos trabalhadores contemporâneos endereçadas ao campo psicológico, as quais, associadas às demandas econômicas, sociais e políticas já consolidadas, perfariam uma ampliação dos estudos sobre trabalho e políticas públicas de trabalho e emprego, marcada pela interdisciplinaridade.

Dimensões do Trabalho e sua Importância para a Vida Humana

O trabalho pode ser analisado a partir de suas várias dimensões: existencial, socioeconômica e psicossocial, mas sempre guardando uma dualidade ontológica fundante ao ser, simultaneamente:

- realização de uma obra que seja expressão da vida humana e traga reconhecimento e permanência, ou seja, inscrição social e possibilidade de construção de uma história: TRABALHO como EMANCIPAÇÃO (gerador de vida);
- esforço rotineiro e repetitivo, sem reconhecimento, nem permanência, mera realização de uma atividade que não deixa vestígios, nem produto final, não faz história, que aproxima o homem do animal e reduz a subjetividade humana à sua dimensão real mínima (a dimensão fisiológica) desconectando, então, as dimensões temporais de passado, presente e futuro e impedindo a construção de projetos de vida: TRABALHO como ROBOTIZAÇÃO (gerador de vazio existencial e doenças) (Ribeiro, 2006).

Em sua dimensão existencial, o trabalho contribuiria para uma vida ativa entendida como a possibilidade de existir e laborar na construção do mundo e das relações psicossociais, se constituindo numa das três dimensões da condição humana de existência que, segundo Arendt (1987), seriam “o labor (*labour*), que é a atividade mecânica; o trabalho propriamente dito (*work*), que é a produção de bens duráveis e permanentes na vida mundana; e a ação (*action*),

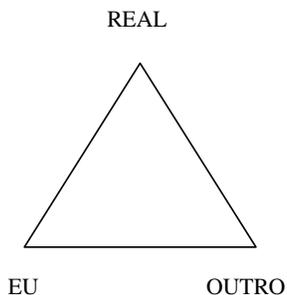
que é a possibilidade da construção da história subjetiva e social pelas trocas e laços que o trabalho em sua totalidade possibilita.” (Ribeiro, 2004:65).

Em sua dimensão socioeconômica, segundo Marx, o trabalho é um “processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 1980:202), sendo considerado protoforma do ser social nos últimos séculos, para além da ultrapassagem do limite natural ao se constituir em dimensão ontológica da subjetividade e da identidade humana, permitindo a produção de si e da sociedade numa relação dialética de transformação recíproca (Lukács, 1980).

Em sua dimensão psicossocial, segundo Dejours (1999a; 2003), o trabalho permitiria a significação da experiência do contato de si mesmo com o real¹, que faz emergir os limites humanos (sofrimento e alienação), mas, por outro lado, possibilitaria o conhecimento e a construção de uma vida ativa na relação com o mundo (produção e emancipação). Aponta que o trabalho media o acesso ao real e possibilita: o engajamento do corpo no mundo; as relações intersubjetivas; e a construção da identidade e do reconhecimento psicossocial.

O trabalho seria o mediador primordial desta relação com o real, relação esta, sempre estabelecida entre o eu e o outro, conforme mostra a Figura 1 retirada de Dejours (1999a).

Figura 1 – Psicodinâmica do Trabalho: Relação Eu-Outro-Real



A impossibilidade de uma vida ativa, mediada pelo trabalho, produziria uma vida sem sentido, uma dificuldade de reconhecimento social e uma situação de vulnerabilidade social (Castel, 1998), sendo o desemprego um dos responsáveis por isto na contemporaneidade.

Sistema Emprego-Desemprego como Organizador Sociolaboral

Marcada a importância indelével do trabalho como potencial estruturador da existência humana e mediador primordial da relação com o mundo e com os outros, cabe pensar como sua institucionalização se processou e como ele tem afetado a vida sociolaboral das pessoas.

A sociedade do trabalho, definida sob a égide da sociedade salarial do emprego, gerou um mercado formado pelo conjunto de empregos existentes, sendo o desemprego um(a): (1) fe-

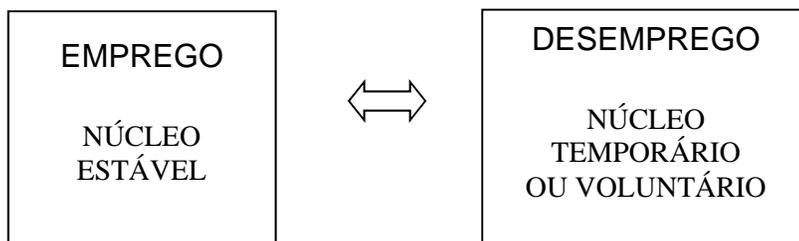
¹ O real do trabalho seria aquilo que escapa ao conhecimento e apreensão do sujeito e o interpela constantemente requisitando resistência, adaptação ou mudança, convocando-o a dar sentido à sua relação com o trabalho e com o mundo sociolaboral (Dejours, 1999a).

nômeno temporário nas vidas dos empregados, gerado por um desequilíbrio pontual no mercado ou pela falta de oferta de trabalho com condições dignas; (2) escolha voluntária por uma vida sem trabalho assalariado; (3) necessidade capitalista de um exército de reserva.

Em geral, a quantidade de pessoas em situação de desemprego não era significativa e elas eram auxiliadas por benefícios das políticas de assistência social, embora esta situação de bem-estar social nunca tenha sido uma realidade plena no Brasil.

Segundo Blanch (2003) e Novo (2005), a sociedade salarial gerou um Sistema Emprego-Desemprego que organizava a vida dos trabalhadores, como mostra a Figura 2.

**Figura 2 – Sistema emprego-desemprego
(mundo do trabalho tradicional)**



Esta organização produzia uma vida sociolaboral, em geral, marcada pela: previsibilidade (Tempo de *Chronos*), rigidez, continuidade, homogeneidade, normatividade e pelo emprego como forma primordial de vínculo ao mundo do trabalho, gerando uma experiência de vida psicossocial estável e de adaptação a uma ordem de coisas pré-definidas.

A situação mundial começou a se alterar nos anos 1970 em função do avanço tecnológico, da globalização econômica e da necessidade de aumentar a produtividade e a competitividade no mercado de trabalho, ocasionando um processo de desmodernização e transição definido pela: fragilização das estruturas sociais, flexibilização e precarização² do trabalho, descontinuidade de vida, transformação do projeto social e dificuldade de definição clara de papéis (Sennett, 1998; Touraine, 1998).

Sistema Emprego-Subemprego-Desemprego como Organizador Sociolaboral Contemporâneo

A estrutura homogênea e estável de mundo vigente começou a dar lugar a uma estrutura heterogênea, sempre transitória, instável e em mudança constante (Tempo de *Kairós*), quebrando a lógica moderna do Sistema Emprego-Desemprego. Este sistema permaneceu como

² O mundo do trabalho pode ser analisado, de um lado pelas *Ciências da Gestão* focadas no aumento da produtividade; e de outro lado, pelas *Ciências do Trabalho*, focadas na melhoria das condições e das relações humanas no trabalho. A forma como se adjetiva a mudança da organização e dos vínculos ao trabalho depende do olhar que se dirige ao fenômeno, ou seja, a *flexibilização* seria o termo empregado pelas *Ciências da Gestão*, apontando que a única maneira de desenvolvimento para o capitalismo seria pela ruptura da rigidez anteriormente fixada, sendo essa a importância da flexibilização para trabalhadores e capitalistas; enquanto que as *Ciências do Trabalho*, nomeariam este mesmo fenômeno de *precarização*, pois esta mudança pioraria a vida dos trabalhadores e suas condições de trabalho em nome do desenvolvimento do capital (Ribeiro, 2009).

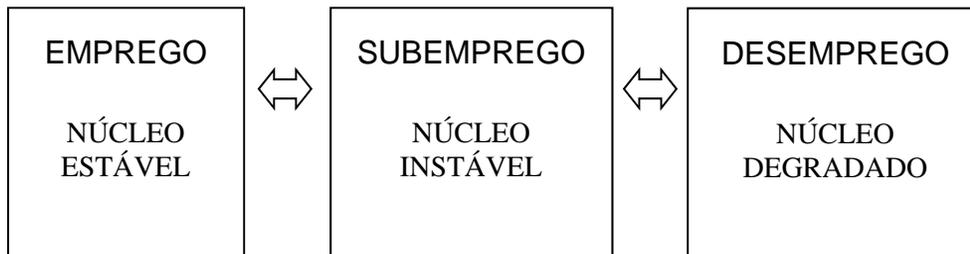
lógica organizativa, mas vislumbrou o surgimento da categoria do subemprego, que englobava todas as formas de trabalho caracterizadas pela precarização e flexibilização da organização do trabalho e dos vínculos com o mundo do trabalho, e o aumento considerável do desemprego, principalmente o desemprego estrutural (Singer, 1998), sendo esta a característica central da atual fase do capitalismo (Mészáros, 2006).

Segundo Mattoso (1994), pode-se apontar quatro tendências principais da flexibilização: (1) *Funcional* (inespecificidade dos postos e processos de trabalho, bem como dos requisitos dos trabalhadores para o desenvolvimento do trabalho); (2) *Legal e contratual* (desregulamentação das condições contratuais de trabalho); (3) *Espaço-temporal* (falta de regularidade em termos de espaço de trabalho e tempo despendido com o mesmo); e (4) *Salarial* (diminuição do salário fixo pela venda da força de trabalho como regra).

Com a diminuição do emprego tradicionalmente estabelecido, o subemprego aparece como forma de inserção no mundo do trabalho, alternativa ao emprego, e numa tentativa de saída da situação de desemprego, que tem assolado um contingente cada vez maior de trabalhadores desde então.

O Sistema Emprego-Desemprego se modifica e dá origem ao Sistema Emprego-Subemprego-Desemprego (Figura 3), configurando um novo formato ao mundo do trabalho marcado pela potencialidade maior de exclusão do trabalho (Blanch, 2003; Castel, 2009).

**Figura 3 – Sistema emprego-subemprego-desemprego
(mundo do trabalho contemporâneo)**



O subemprego surge nas formas flexíveis ou precárias do trabalho em tempo parcial, temporário, teletrabalho, terceirização e informalidade, algumas delas já existentes no sistema tradicional, mas agora exercidas por cada vez mais trabalhadores como fuga para a situação de desemprego diante da impossibilidade de ter um emprego³.

Esse sistema propiciou impactos macrossociais (enfraquecimento do coletivo e do Estado, desregulamentação do mercado e transformações da sociabilidade), organizacionais (precarização do trabalho e individualização da gestão de pessoas) e psicossociais (deterioração identitária, descapitalização social, quebra do contrato psicossocial no trabalho e constituição de uma multidão de trabalhadores solitários).

Segundo Castel (2009), a luta por melhores condições de trabalho travada no Sistema Emprego-Desemprego dá lugar à luta contra a exclusão do trabalho no Sistema Emprego-Subemprego-Desemprego, o que torna o trabalhador mais frágil e com menos poder de pleiteio.

³ Vale dizer que estas formas de trabalho podem ser uma escolha voluntária dos trabalhadores.

ar uma vida melhor no trabalho, em geral, disponível para a submissão à flexibilização como saída para a exclusão (Mészáros, 2006). A configuração do mundo do trabalho, assim, se torna mais heterogênea, fragmentada, flexível e complexa, rompendo com a normatividade anteriormente constituída e deixando os trabalhadores sem parâmetros de referência definidos, sendo levados a viver na flexissegurança, como única possibilidade atual de segurança no mundo do trabalho (Antunes, 1999; Blanch, 2003).

O medo do desemprego, mesmo como fantasma potencial, assombraria à quase todos⁴, relegando as pessoas a uma situação de instabilidade, insegurança, falta de referências seguras, desconfiança dos padrões passados e desconhecimento do que fazer para o futuro.

Desta forma, o desemprego, que antes era uma questão focada na análise e na intervenção econômica e política, se transforma, na contemporaneidade, também, em objeto de reflexão e intervenção psicossocial, convocando a Psicologia Social do Trabalho para contribuir com seu arcabouço teórico-técnico nesta problemática.

A Psicologia é chamada para auxiliar na reflexão teórica e técnica relativa ao desemprego, pois ele, atualmente, se institucionalizou como um fato psicossocial, gerando um papel e uma identidade social para a pessoa em situação de desemprego, geralmente associado a atributos de deslegitimação (Goffman, 1975), e provocando impactos significativos na vida dos trabalhadores e de suas famílias, como: isolamento social, transtornos identitários, ruptura de vínculos, doenças e desconstrução de projetos de vida.

Como ampliar a compreensão do fenômeno do desemprego? Como esta compreensão ampliada poderia auxiliar na elaboração de estratégias de ajuda à pessoa em situação de desemprego? Como integrar a contribuição da Psicologia Social do Trabalho às já existentes, principalmente oriundas das Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Ciências Políticas, que tradicionalmente têm pensado e auxiliado nesta questão?

A Visão Psicossocial do Desemprego

O desemprego, tradicionalmente, representava uma ruptura na trajetória de inserção no mundo do trabalho pela perda temporária do emprego ou a participação no exército de reserva do mercado de trabalho, ambas dimensões previsíveis, esperadas e contornáveis da lógica capitalista: não era um problema social e sim uma questão de equilíbrio econômico, numa configuração sociolaboral normativa e socialmente objetiva, que requisiava ações econômicas e políticas para sua solução.

Com o crescente processo de flexibilização do mundo do trabalho, se configura um mundo atual com uma fluidez de limites e uma ambiguidade psicossocial de interpretação deste mundo operada pelos trabalhadores, que presenciam um aumento quantitativo e qualitativo (diversificação de suas formas) do desemprego. Esta fluidez ampliou o espectro da definição do que é desemprego e dos seus impactos na sociedade, somando-se reflexões psicossociais às análises econômicas e políticas já tradicionalmente realizadas (Estramiana, 1992; Jahoda, 1987; Moise, 2000; Ribeiro, Farina e Neves, 2008; Seligmann-Silva, 1999).

Diante desta constatação, pode-se categorizar, assim, o desemprego de duas maneiras genéricas: uma *dimensão normativa-institucional* (explicação objetiva e formal), mais tradicio-

⁴ Em recente pesquisa (Ribeiro, 2007a), jovens universitários de cursos tecnológicos indicaram que a principal ameaça para seu futuro profissional seria o desemprego (94,44%).

nal, e uma *dimensão biográfica-subjetiva* (explicação psicossocial), mais contemporânea (Demazière, 2006; Guimarães, 2004).

a) Dimensão Normativa-Institucional do Desemprego

A dimensão normativa-institucional, através de uma explicação objetiva e formal, vê o desemprego como fenômeno estrutural da economia (privação do emprego - voluntária ou involuntária, gerando uma falta de salário e um rompimento da trajetória de trabalho).

O desemprego seria, então, a condição das pessoas em situação involuntária de não-trabalho por falta de oportunidades (desemprego oculto por desalento) ou que estejam exercendo trabalhos irregulares (desemprego oculto por trabalho precário), ambos com desejo de mudança, ou seja, demandantes de um emprego ou trabalho⁵. Tem o objetivo formal de criar regras gerais para a definição do desemprego e da pessoa em situação de desemprego.

b) Dimensão Biográfica-Subjetiva do Desemprego

A dimensão biográfica-subjetiva, através de uma explicação psicossocial, vê o desemprego como um fenômeno que gera instabilidade e invisibilidade social criando uma identidade estigmatizada de desempregado.

O desemprego seria, assim, a condição das pessoas em situação involuntária de não trabalho ou de trabalhos irregulares e descontínuos, que vivem uma paralisia em suas vidas pela atribuição do estereótipo de desempregado como categoria social que constrói uma identidade e uma representação social⁶ da pessoa em situação de desemprego, deixando-a sem possibilidade de ação sobre o mundo (no sentido que Arendt, 1987, dá a ação),

o que lhe coloca num lugar de improdutivo socialmente e passível de ser desfilado – estados de despossuir um lugar nas relações sociais, sendo assim impossibilitado de fazer vínculos (Castel, 1993), ou seja, ser colocado *a parte* das relações sociais, apesar de continuar a fazer parte do mundo, reduzindo-se a produtos e produtores de uma mesma relação *ad infinitum*, não apenas desigual, mas não-semelhante, promovendo sua expulsão do gênero social e gerando uma intolerância social extremada [...] A principal característica do excluído seria a impossibilidade de estabelecer processos dialéticos, quer seja pela desinserção social (que lhe retira a possibilidade de ser um sujeito social), quer seja pela apartação social (que o transforma em não-semelhante). (Ribeiro, 2004:43-44).

A ruptura biográfica gerada pela situação de desemprego é tão violenta que, em termos psicossociais, pode ser comparada a ruptura de uma crise psicótica, pois

⁵ Segundo explicação que o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) utiliza na PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

⁶ “Identidade entendida como o elo de continuidade entre sujeito e meio social, sendo produto e produtora do mundo num processo constante, que possibilita a objetivação das relações sociais pelo autorreconhecimento e pelo reconhecimento do outro; e representação social entendida como uma síntese de saberes (cognitivo, social e afetivo) que se constrói no processo de relação sujeito-mundo e que é representada ao mundo e aos sujeitos que produzem e são produzidos no mundo (Ribeiro, 2004). Identidade e representação social se constituem no processo dialético das relações sociais, sendo a representação social a base para a corporificação de uma identidade e esta sendo a base para a perpetuação da representação social.” (Ribeiro, 2009:17-18).

esse processo gera uma experiência psicossocial de ruptura biográfica semelhante em ambos os casos (guardadas as devidas especificidades) pela desfiliação, pela perda da referência no mundo das significações existentes, pela construção de trajetórias descontínuas de vida e pela necessidade de (re)estruturar laços sociais num mundo que dificulta essa ação (Ribeiro, 2007b:1).

Sem potência de ação, nem lugar no espaço público, o *desempregado* somente encontra como saída social: o assistencialismo (posição de vulnerável psicossocial) ou a estigmatização (posição de *vagabundo*). Nesse sentido, a situação de desemprego provoca perdas materiais e psicossociais que dificultam e, no limite, inviabilizam o retorno a obrar no mundo sociolaboral, produzindo três saídas genéricas possíveis, a saber:

- 1) *Passividade com resignação fatalista* que encontra três expressões básicas:
 - *Resignação fatalista com desesperança*: a exclusão do trabalho promove uma fragilidade vincular (perda do senso de pertença social) que, associada à privação material, relega a pessoa à solidão e a torna incapaz de reagir pela passividade gerada por uma resignação fatalista de que não há nada a fazer;
 - *Resignação fatalista com violência*: busca de estratégias que violem as leis (por exemplo, ingressar na vida do crime);
 - *Resignação fatalista com adaptação instrumental*: fazer qualquer atividade laboral (regular ou irregular, geralmente de forma descontínua), sem compromisso, nem engajamento.
- 2) *Busca das saídas tradicionais*: tentativa de encontrar um emprego através de envio de currículos, agências de empregos ou centros de apoio ao trabalho.
- 3) *Resistência*: busca de alternativas para geração de trabalho e renda, para além do emprego, basicamente com a ajuda da rede de relacionamentos, de programas oferecidos por políticas públicas ou outras formas de auxílio.

Qualquer uma destas posições é geradora de sofrimento, que deve ser combatido, demonstrando que a questão do desemprego é um problema multidimensional.

Jahoda (1987) e Seligmann-Silva (1999) já haviam apontado que o chamado DLD (Desemprego de Longa Duração) pode gerar o desencadeamento de uma síndrome, inaugurando a psicopatologia do desemprego, com sintomas como depressão, vícios e doenças físicas, ou seja, o desemprego é agora, também, uma questão de saúde pública.

Segundo demonstram algumas pesquisas já realizadas, os recursos mais utilizados para voltar a trabalhar seriam: construção e uso de redes sociais, busca de programas públicos (seja de trabalho, seja de assistência social), ingresso na informalidade ou em cooperativas de trabalho ou, no limite, a renúncia ao trabalho (Ackermann e cols., 2005; Almeida, Filgueiras, Gondim & Pena, 2001; Araújo, Monteiro, Lima & Souza, 2006; Azevedo e cols., 1998; Farina & Neves, 2007; Ribeiro e cols., 2008).

A situação de desemprego provoca impactos psicossociais de forma direta nas pessoas desempregadas, e de forma indireta nas empregadas e subempregadas, atingindo a todos e potencialmente podendo promover:

- *Nas pessoas em situação de desemprego*: degradação do laço social (Blanch, 2003; Castel, 1998, 2009), formação de patologias coletivas de frustração (Moise, 2000) ou de patologias do desemprego (Seligmann-Silva, 1999), precarização da função do trabalho (Dejours, 2007), e degradação da pessoa (Farina & Neves, 2007);

- Nas *peessoas empregadas e subempregadas*: vício em trabalhar e valorização da insensibilidade (Seligmann-Silva, 1999); cinismo viril⁷ e realismo econômico (Dejours, 1999b); criação do fantasma da descartabilidade e da invisibilidade (Sennett, 2006); e individualização das relações de trabalho (Ribeiro e cols., 2008).

De forma genérica, as explicações para a situação de desemprego são dicotomizadas entre causas centradas nas pessoas (desqualificação, falta de vontade, idade avançada, pouca experiência); e causas socioeconômicas (reestruturação produtiva, revolução tecnológica, falta de ação do governo, exagero nos critérios de seleção e saturação do mercado formal).

A análise destas possíveis causas se faz indispensável como subsídio para a realização de um diagnóstico e de um prognóstico para o combate ao desemprego, seja através de medidas macrossociais, seja por medidas microssociais, pois qualquer ação contra o desemprego deve, necessariamente, levar em conta a diversidade e a multiplicidade do fenômeno, não acreditando que o investimento em apenas uma das dimensões do problema resolveria a questão como um todo.

O aumento da oferta de emprego e o aumento da qualificação dos trabalhadores são ações importantes, mas insuficientes como solução genérica de combate ao desemprego ou, pelo menos, de diminuição do seu índice, pois outros aspectos, por exemplo, ligados aos impactos psicossociais do desemprego ou então do auxílio à pessoa em situação de desemprego na reconstrução do seu projeto de vida no trabalho, são igualmente importantes e pouco explorados: é nesta dimensão que a Psicologia poderia contribuir de forma efetiva na elaboração e implementação de estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego.

Estratégias para Lidar com o Desemprego: configuração do quadro e possibilidades de ampliação

A tomada de medidas macroeconômicas, macrossociais e macropolíticas é fundamental para o combate ao desemprego, entretanto, com o alcance que o fenômeno tem adquirido nas últimas décadas, medidas micropolíticas se fazem necessárias para compor juntamente às intervenções de nível macro e auxiliar neste combate, que deve ser interdisciplinar e ter ações de grande e pequena escala.

Há de se considerar a importância da continuidade de ações macroeconômicas (regulação da economia com crescimento, incentivos fiscais e aumento da oferta de empregos) e da ampliação e diversificação das políticas públicas de trabalho e emprego (aumento dos postos de trabalho, incentivo aos micronegócios com programas de microcrédito, intermediação de mão-de-obra, programas de qualificação, incentivo à economia solidária, políticas de assistência social).

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) propõe quatro ações básicas de auxílio às pessoas em situação de desemprego: a intermediação, a qualificação, a certificação e a orientação, associado às ações de assistência social (Brasil, 1975, 1994).

O que se tem presenciado é um investimento em programas de intermediação (recolocação de mão-de-obra pela intermediação entre empresas e trabalhadores) e de qualificação, além da oferta de benefícios como o seguro-desemprego, algumas pequenas iniciativas de certificação,

⁷ Dejours (1999b) chama de cinismo viril, a crença de que o trabalhador deve aceitar tudo e obter sucesso no trabalho independente das condições que lhe sejam oferecidas.

mas quase nenhuma ação de orientação profissional e ocupacional, nas quais o psicólogo pode ter um papel mais expressivo.

Além da intermediação para recolocação no mercado de trabalho, treinamento comportamental para o trabalho, qualificação para o trabalhador e benefícios de assistência social, que são ações importantes e que devem continuar a serem oferecidas, poder-se-ia articular tais ações com investimentos em projetos de orientação profissional às pessoas em situação de desemprego para propiciar um espaço de reconstrução da vida sociolaboral.

Isso se faz necessário, pois, tão importante quanto ter um trabalho, é ter um projeto de vida no trabalho, que permita sair do planejamento marcado pela urgência da temporalidade presente (tática⁸) e ingressar numa situação de potencialidade de planejamento futuro (estratégia⁹).

Muitas vezes, uma pessoa é demitida ou fica sem um trabalho e não consegue entender os motivos de estar desempregada, tomando como única saída a busca de outro emprego de qualquer maneira que, quando conseguido, pode ser perdido da mesma forma que o anterior. Perfazendo um círculo vicioso que impede a pessoa de construir um vínculo mais duradouro com o mundo do trabalho, gerando sofrimento e ruptura psicossocial, como já discutido.

Uma primeira explicação para o processo descrito seria o despreparo para o trabalho ou a desqualificação dos trabalhadores (nível individual) ou a falta de postos de trabalho (nível socioeconômico) que, em parte, são conclusões verdadeiras, mas que, geralmente, não conseguem compreender a situação em sua totalidade.

Deve-se reconhecer que conseguir um emprego não é a única saída para a situação do desemprego, pois como já apontado, uma das características da contemporaneidade é a ruptura da equivalência sociohistoricamente construída entre privação de emprego e desemprego, além do que, mesmo empregada, a pessoa está sendo perseguida pelo fantasma do desemprego.

Ampliar as estratégias de combate ao desemprego, para além da saída única de conseguir um emprego, é tentar escapar da polarização estabelecida entre: a *resolução macrossocial, macroeconômica e macropolítica* do desemprego estrutural, via Estado; e a *resolução individual*, via intermediação, qualificação e benefícios sociais, operada pelas pessoas; e encontrar saídas na *intermediação entre Estado e pessoas*. Como fazer isto?

Estratégias para Lidar com o Desemprego: contribuições da psicologia social do trabalho

Várias áreas do saber poderiam compor com as já tradicionalmente envolvidas na questão do desemprego. Não caberia aqui refletir sobre todas as possibilidades, portanto, a proposta que aqui se apresenta é analisar como a Psicologia, principalmente representada pela área da Psicologia Social do Trabalho, poderia contribuir neste processo.

O olhar da Psicologia se faz necessário, pois quem vivencia a situação do desemprego e quem é beneficiado ou não pelas políticas públicas é uma pessoa; pessoa esta, que se encontra

⁸ As táticas são práticas de relação com o mundo que prendem as pessoas no presente e reduzem sua ação ao momento de agir, pois não se transformam em recurso disponível para si, em função de sua perenidade (Certeau, 1994), aprisionando-as às circunstâncias.

⁹ As estratégias são práticas de relação com o mundo que tornam a ação uma prática de integração entre passado, presente e futuro, permitindo que algo realizado no presente tenha como objetivo a apropriação do futuro (Certeau, 1994).

permanentemente em relação com o mundo sociolaboral e dele faz parte: objeto de estudo da Psicologia Social do Trabalho. A Psicologia deve, primeiramente, ampliar sua compreensão sobre o mundo do trabalho para estabelecer diálogos possíveis com a Economia e com as Ciências Sociais e Políticas, conhecer as análises e estratégias já desenvolvidas e poder oferecer sua contribuição. Pode atuar de duas formas:

- Em situações em que as pessoas estejam trabalhando, auxiliando, assim, no desenvolvimento da trajetória de vida no trabalho; e
- Em situações de crise, nas quais as pessoas não estejam trabalhando, caracterizadas, em geral, como situações de desemprego.

Pode contribuir, também, em dois níveis:

- De forma indireta, assessorando o Estado na elaboração e implementação de políticas públicas;
- De forma direta, elaborando projetos e ações que visem efetivar as políticas públicas através de intervenções pontuais ou continuadas (programas) integradas a outras ações já desenvolvidas.

O que poderia ser feito pela Psicologia no tocante à questão do desemprego?

- a) *Nível teórico*: construir uma compreensão psicossocial acerca do desemprego, apontando que a situação de desemprego se constitui numa ruptura biográfica capaz de gerar sofrimento, com consequências graves em nível psicossocial;
- b) *Nível político*: integrar as equipes que constroem as políticas públicas de trabalho e emprego para a ampliação da análise do desemprego e a incorporação de ações, que visem auxiliar as pessoas a construir estratégias para sair da situação de desemprego e lidar com suas consequências psicossociais geradoras de sofrimento e exclusão sociolaboral, principalmente através de programas de orientação profissional e ocupacional;
- c) *Nível programático*: procurar conhecer e compor juntamente com as equipes que colocam em ação as políticas públicas de combate ao desemprego, como o CAT (Centro de Apoio ao Trabalho) e o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), tanto como atores, quanto como multiplicadores de estratégias mais relacionadas ao campo psicológico;
- d) *Nível da ação*: auxiliar as pessoas em situação de desemprego com estratégias de intervenção próprias da Psicologia, que visem, basicamente, o acolhimento das demandas manifestas, a organização das ideias e a reflexão conjunta sobre as possibilidades de resolução do problema apresentado.

Estratégias Psicossociais de Intervenção: alguns princípios para uma proposta micropolítica

Poucas têm sido as análises e as intervenções propostas pela Psicologia para lidar com o desemprego, dentre elas pode-se destacar Almeida e cols. (2001); Araújo e cols. (2006); Estramiana (1992); Farina e Neves (2007); Jahoda (1987); Ribeiro e cols. (2008); Schmidt (2004); e Seligmann-Silva (1999).

Todas as propostas acima descritas partilham da concepção de que o desemprego é um fenômeno complexo e que a intervenção psicossocial auxiliaria, em parte, na resolução deste

problema. Em geral, as propostas têm como princípios: apoio e suporte psicossocial; troca de experiências entre estas pessoas e formação de redes de apoio; informações sobre o mundo do trabalho no sentido de desconstruir falsas ideias e concepções; levantamento de compreensões e repercussões do desemprego contemporâneo; retomada e reconstrução da trajetória de vida no trabalho; identificação dos saberes, conhecimentos e diferentes táticas ou estratégias de geração de renda e trabalho construídos no percurso de trabalho; instrumentação objetiva e subjetiva¹⁰ para o desenvolvimento de táticas e estratégias individuais e coletivas para gerar renda e trabalho.

Como princípio básico, estas propostas almejam a elaboração e implementação de um projeto de vida e de um plano de ação sociolaboral, que possam ser utilizados de forma permanente e reconfigurados a cada nova relação e transição no mundo do trabalho, como, por exemplo, a situação de desemprego.

O projeto de vida tem relação mais direta com a construção da identidade e dos objetivos e expectativas de vida (instrumentação subjetiva); e o plano de ação representa um conjunto de ações para atingir um fim (instrumentação objetiva).

Por que a construção de um projeto de vida e de um plano de ação no trabalho seriam importantes para uma pessoa em situação de desemprego? Basicamente porque:

- Restituiriam a capacidade de construir uma referência a qual seguir para navegar no mundo do trabalho;
- Constituiriam a sistematização de um repertório de conhecimentos e estratégias a serem colocados em ação a cada nova transição no trabalho;
- Possibilitariam a restituição da capacidade de analisar o mundo do trabalho e refletir sobre suas reais oportunidades, diminuindo sua submissão;
- Possibilitariam a formação de redes sociais que são fundamentais para a conquista de um pouco mais de força no mundo do trabalho.

Considerações Finais

A questão do desemprego se configurou sociohistoricamente como uma questão de natureza político-econômica, entretanto as últimas décadas presenciaram uma ampliação do seu espectro, pois, com o aumento do desemprego estrutural e da precarização dos vínculos e das condições de trabalho, o desemprego se torna, também, uma questão psicossocial.

Diante disso, a Psicologia é convocada a compor a rede de forças de combate ao desemprego, trazendo uma visão psicossocial do desemprego, analisando seus impactos nas pessoas e nas relações intersubjetivas e propondo estratégias, a partir do seu cabedal construído de teorias e técnicas.

Em articulação com as Ciências Econômicas, Sociais e Políticas, a Psicologia, principalmente representada pela Psicologia Social do Trabalho, pode auxiliar as pessoas em situação de desemprego a minimizar os impactos desta situação vivenciada e a criar saídas para o de-

¹⁰ Instrumentação quer dizer aqui o desenvolvimento de estratégias para a relação e construção de projetos no mundo, com duas dimensões: (a) *Subjetiva*: estratégias identitárias que possibilitam uma representação de si para os outros e para si próprios, permitindo a relação e a comunicação intersubjetiva; (b) *Objetiva*: estratégias operacionais para inserção e construção de projetos no mundo, em termos de como transformar seu repertório de competências (Tomasi, 2004) em instrumentos para planejar sua ação e agir sobre o mundo.

semprego, atuando de forma indireta através da assessoria para a elaboração e implementação de políticas públicas, principalmente através de programas de orientação profissional e ocupacional que já fazem parte do rol de ações básicas de auxílio às pessoas em situação de desemprego do Sistema Nacional de Emprego (SINE), mas estão pouco implementadas (Brasil, 1975, 1994); ou de forma direta através de intervenções pontuais ou continuadas (programas), integradas a outras ações já desenvolvidas, que atuem diretamente com essas pessoas.

Ainda há pouco sendo realizado tanto no sentido da articulação teórica, quanto da integração com as ações de combate ao desemprego que já vêm sendo desenvolvidas, por isso esta pequena reflexão visa, também, convidar a comunidade psi para o debate e para a ação diante de uma situação grave e complexa como o fenômeno do desemprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ackermann, Kátia, Amaral, Mariana A., Silva, Janaína C. B., Geraldês, Antônio L., Lima, Tiago N., Lombardi Júnior, Márcio, Mendes, André, & Scanducci, Guilherme. (2005). O Desemprego do Tempo: Narrativas de Trabalhadores Desempregados em Diferentes Ambientes Sociais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 8, 1-27.
- Antunes, Ricardo. (1999). *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, José Newton Garcia, Monteiro, Letícia S. S., Lima, Sabrina T. N., & Souza, Daisy F. X. (2006). Trabalhadores em Situação de Desemprego: Uma Experiência de Apoio Psicológico. *Mental*, 4(7), 107-125.
- Arendt, Hannah. (1987). *A Condição Humana* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Forense-Universitária (Original publicado em 1958).
- Azevedo, Juliana T., Bogre, Marcelo C., Bombardi, Vanessa M., Chen, Marcelo C., Mampo, Eduardo Y., Martins, Aparecida N., Moraes, Alexandre L., Silva, Ana P. O. & Silva, Maria F. N. (1998). As Estratégias de Sobrevivência e de Busca de Emprego Adotadas pelos Desempregados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1(1), 15-42.
- Blanch, Joseph Maria. (2003). *Teoría de las Relaciones Laborales. Desafíos*. Barcelona: UOC.
- Brasil. (1975). *Decreto nº 76.403 de 08.10.1975*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.
- Brasil. (1994). *Lei nº 8.900 de 30.06.1994*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.
- Castel, Robert. (1993). Da Indigência à Exclusão, a Desfiliação: Precariedade do Trabalho e Vulnerabilidade Relacional. *SaúdeLoucura*, 4, 21-48.
- Castel, Robert. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes.
- Castel, Robert. (2009). *La Montée des Incertitudes: Travail, Protections, Statut de L'individu*. Paris: Éditions du Seuil.
- Certeau, Michel de. (1994). *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Dejours, Christophe. (1999a). *Conferências Brasileiras*. São Paulo: FGV.
- Dejours, Christophe. (1999b). *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, Christophe. (2003). Réhabiliter la Normalité? *Le Passant Ordinaire*, 45, 21-28.
- Demazière, Didier. (2006). Uma Abordagem Sociológica Sobre a Categoria do Desemprego. Em Guimarães, Nadia A. & Hirata, Helena (Orgs.), *Desemprego* (pp. 23-42). São Paulo: SENAC, 2006.
- Estramiana, Jose L. A. (1992). *Desempleo y Bienestar Psicológico*. Madrid: Siglo XXI.
- Farina, Anete S., & Neves, Tatiana F. S. das. (2007). Formas de Lidar com o Desemprego: Possibilidades e Limites de um Projeto de Atuação em Psicologia Social do Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(1), 21-36.
- Goffman, Erving. (1975). *Estigma*. Rio de Janeiro: LTC (Original publicado em 1950).
- Almeida, Anderson B., Filgueiras, Júlio, Gondim, Sônia M. G., & Pena, Anderson C. (2001). Aconselhamento Profissional a Desempregados. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 1(2), 45-72.
- Guimarães, Nadia A. (2004). Do Trabalho ao Desemprego. Em Guimarães, Nadia A. *Caminhos Cruzados: Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores* (pp. 331-365). São Paulo: Editora 34.

- Jahoda, Marie. (1987). *Empleo y Desempleo: Un Análisis Socio-Psicológico*. Madrid: Morata.
- Lallement, Michel. (2007). *Le Travail: Une Sociologie Contemporaine*. Paris: Gallimard.
- Lukács, Georg. (1980). *The Ontology of Social Being: Labour*. London: Merlin Press.
- Marx, Karl. (1980). *O Capital: Crítica da Economia Política I – Livro I* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Original publicado em 1867).
- Mattoso, Jorge E. L. (1994). Trabalho sob Fogo Cruzado. *São Paulo em Perspectiva*, 8(1), 13-21.
- Mészáros, István. (2006). Desemprego e Precarização. Em Antunes, Ricardo (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (pp. 27-44). São Paulo: Boitempo.
- Moise, Cecilia. (2000). Trabajo, Desempleo e Impacto Subjetivo. Em Cortazzo, Ines, & Moise, Cecilia (Orgs.), *Estado, Salud y Desocupación* (pp. 121-147). Buenos Aires: Paidós.
- Novo, Leonardo. (2005). El Lugar Social del Trabajo. Em Schvarstein, Leonardo, & Leopold, Luis (Orgs.). *Trabajo y Subjetividad* (pp. 113-143). Buenos Aires: Paidós.
- Ribeiro, Marcelo A. (2004). *Orientação Profissional para “Pessoas Psicóticas”*. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e do Trabalho. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, Marcelo A. (2006). El Derecho al Trabajo: La Posibilidad del Desarrollo de la Carrera por Personas Psicóticas. Em *Memorias do V Congreso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos*. Buenos Aires: Universidad Popular de las Madres de la Plaza de Mayo.
- Ribeiro, Marcelo A. (2007a). Competências para a Carreira: Expectativas de Jovens Universitários de Cursos Tecnológicos. Em *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social)*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Marcelo A. (2007b). Psicose e Desemprego: Um Paralelo entre Experiências Psicossociais de Ruptura Biográfica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(1), 75-91.
- Ribeiro, Marcelo A. (2009). *Psicologia e Gestão de Pessoas: Reflexões Críticas e Temas Afins (Ética, Competência e Carreira)*. São Paulo: Vetor.
- Ribeiro, Marcelo A., Farina, Anete S., & Neves, Tatiana F. S. das. (2008). Discusión de un Programa de Intervención en Grupo con Personas Desempleadas en Sao Paulo. Em *Anales del III Congreso Latinoamericano de Psicología del Trabajo*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
- Schmidt, Maria L. S. (2004). Clínica Psicológica, Trabalho e Desemprego: Considerações Teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 7, 1-10.
- Seligmann-Silva, Edith (1999). Desemprego: A Dimensão Psicossocial. *Anales del XVII Congreso Interamericano de Psicología*. Caracas: Sociedad Interamericana de Psicología.
- Sennett, Richard. (1998). *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, Richard. (2006). *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Singer, Paul. (1998). *Globalização e Desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Tomasi, Antonio. (2004). *Da Qualificação à Competência*. Campinas: Papirus.
- Touraine, Alain. (1998). *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis: Vozes.

• Recebido em 23/10/2009.

• Aceito em 10/03/2010.